



# Anais da Assembleia

N.º 117

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 1.º DE OUTUBRO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE OUTUBRO DE 1979

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Celso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, e Wilson Fortes (57), achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento, em nossa Capital, do Dr. MÁRIO JOÃO SCARAMUZZA.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, à Rua P. Carneiro, 465, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de profundo pesar pelo passamento do Dr. BERTHOLD SPONHOLZ.

O extinto, que foi Promotor Público na cidade de Santo Antônio da Platina, deixou inúmeros amigos naquela localidade.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1979.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação

em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. ABRÃO MANSUR, conceituado médico de nossa sociedade.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, residente à Av. Vicente Machado, 1482, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações pela passagem do Dia da Secretária, no último domingo.

Requer, outrossim, do presente se dê ciência aos responsáveis.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1979.

(a) TÚLIO ZANCHET

#### JUSTIFICATIVA:

Toda empresa, seja pequena ou de alargadas dimensões comerciais, oficiais ou particulares, tem atrás da figura do chefe, do diretor, do presidente, enfim, do executivo, aquela que é a alma da organização, no conjunto dos deveres atinentes ao seu cargo, estando atenta à vida da organização.

É esta a secretária, cujas qualidades primordiais são a ordem, a meticulosidade, presteza, solicitude, disciplina, por assim dizer, aplainadora das arestas que possam aparecer, dando tudo de si para que não surjam entraves às perspectivas do sucesso da empresa.

Por isso, um voto de congratulações à anônima obreira do êxito empresarial.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de regozijo pela passagem do seu Primeiro Aniversário, à Diretoria e Associados da AVOPAR — Associação dos Viajantes do Oeste do Paraná.

Tal solicitação prende-se ao fato de desejarmos, nesta oportunidade em que a AVOPAR completa o seu primeiro aniversário, prestar uma homenagem à classe dos viajantes da região Oeste, pelo profícuo trabalho que vêm realizando em prol do desenvolvimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de aplausos para com a Revista "Paraná em Páginas". na pessoa do seu Diretor-Geral, Cândido Gomes Chagas, pela notável, séria e criteriosa campanha que vem desenvolvendo, no sentido de alertar a população quanto aos males causados pelo cigarro.

Com reportagens autênticas e corajosas, "Paraná em Páginas" vem realizando um trabalho altamente elogiável, tem demonstrado que sua preocupação está realmente na saúde do povo, cuja defesa vem fazendo com firmeza e com decisão.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1.979.  
(a) DÁCIO LEONEL

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. ELISEU RESENDE, DD. Ministro dos Transportes, e NIVALDO ALMEIDA NETO, DD. Secretário dos Transportes, solicitando-lhes que seja reestudado o traçado da "Ferrovia da Soja", conforme sugestão que lhes foi enviada pela Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

### JUSTIFICATIVA:

Em meados do mês de junho, a Câmara Municipal de Toledo, encaminhou ofícios a diversas autoridades federais e estaduais, solicitando o reestudo do traçado da "Ferrovia da Soja", trecho Guarapuava - Foz do Iguaçu, em nosso Estado.

A exposição de motivos que acompanha o referido requerimento parece-nos digna de apreciação das autoridades competentes, razão pela qual tornamo-la parte integrante do presente expediente.

Desnecessárias, portanto, maiores explanações sobre essa justa reivindicação.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se registre nos Anais da Casa, o discurso proferido pelo Médico, Dr. Lauro Grein Filho, por ocasião da posse da primeira Diretoria da Academia Paranaense de Medicina, em ato que teve lugar na Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Anexando cópia do discurso proferido, confia na decisão do Plenário.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Diretor do DETRAN no Paraná, Cel. Oswaldo Alves Cruz, solicitando autorização para funcionamento de Posto ou Comissão permanente de exame psicotécnico e exame de vista em Toledo (Pr).

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH

### JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Município de Toledo, conta atualmente com o número aproximado de dez mil veículos em circulação, e de cem o número mensal de atendimento de interessados toledanos na aquisição ou revalidação de carteiras de motoristas;

Considerando que a CIRETRAN de Toledo já se acha autorizada a expedir carteiras de motoristas diretamente naquela cidade;

Considerando, porém, que não só a aquisição de novas carteiras de motoristas, como a revalidação das atuais dependem ou de psicotécnico (no caso de novas carteiras), e/ou exame de vista (nos demais casos);

Considerando que tanto o psicotécnico como o exame de vista continuam sendo feitos em Cascavel, implicando isso no deslocamento dos interessados, com sérios prejuízos na dinamização do atendimento das carteiras, quando a atual política do Governo está recomendando a desburocratização de expedientes dessa natureza;

Considerando, que a CIRETRAN de Toledo tem recebido instruções no sentido de não mais encaminhar interessados a Cascavel, devendo esperar que, uma vez por mês, uma Comissão visite Toledo para realizar psicotécnico ou exame de vista, medida esta que ainda mais viria protelar a aquisição ou atualização de carteiras aos motoristas toledanos;

Considerando que o exame de vista, pelo menos este, poderá ser realizado por oftalmologista/oculista toledano, em convênio com o DETRAN;

Considerando, finalmente, ser urgente a tomada de providências que venham completar o trabalho da CIRETRAN de Toledo, no atendimento aos interessados em assuntos relacionados com as carteiras de motoristas, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Cel. Oswaldo Alves Cruz, Diretor do DETRAN no Paraná, solicitando das possibilidades de se instalar naquela cidade um Posto ou Comissão permanente de exame psicotécnico ou, pelo menos, de se estabelecer convênio entre o DETRAN e um oftalmologista/oculista local, para que se atenda os exames de vista dos interessados em fornecimento ou atualização de carteiras de motoristas.

### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 146/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE "MIGUEL COUTO", DE LONDRINA, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de outubro de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES

### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade que pretendemos declarar de utilidade pública, fundada em 15 de março de 1.975, devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos das Pessoas Jurídicas de Londrina, preenche os requisitos exigidos pela lei regulamentadora da matéria em tela, tendo por finalidade a manutenção de obras assistenciais, prestando serviços de natureza médico-hospitalar e a educação aos menos favorecidos pela sorte, por ser uma sociedade eminentemente beneficente não distribui lucros ou qualquer vantagem à sua Diretoria ou associados.

Face ao exposto, apresentamos a presente proposição, esperando os ilustres Pares o devido apoio e conseqüentemente, a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar a presença em plenário, do Senador José Richa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Merece um destaque especial nesta Casa de Leis, a recente decisão tomada pela Comissão de Comunicação da Câmara Federal, aprovando projeto de lei que proíbe a propaganda de cigarros e produtos congêneres, através do rádio e da televisão, não obstante tal proibição só seja válida para o horário compreendido entre 08 e 21 horas.

Isto significa dizer que tal medida vale como primeiro passo, pois no horário mais ouvido da televisão, parte dele foi atingida e a outra parte não.

Contudo, tal projeto de lei estabelece ainda, que no horário permitido para propaganda de cigarros ou outro produto à base de tabaco, no texto, constará obrigatoriamente a expressão "este produto é prejudicial à saúde".

Referida proposição é de iniciativa do Deputado carioca,

Florim Coutinho e antes de ir a Plenário, deverá ainda passar pelo crivo das Comissões de Economia e da Indústria e Comércio.

A mesma proposição estabele que toda embalagem de cigarros e produtos congêneres terá estampada a expressão "prejudicial à saúde", acentuando ainda que os estabelecimentos que comercializarem tais produtos, serão obrigados a manter em local de fácil leitura, o aviso que o fumo é prejudicial à saúde.

Enquanto na área federal todas as informações sobre o problema são as melhores possíveis, com excelentes perspectivas de que desta vez haverá uma lei para disciplinar a propaganda e a venda desse conhecido vício, na esfera estadual já ouvimos muita promoção de parte da Secretaria da Saúde, sem no entanto conhecermos algo mais concreto ou capaz de conduzir aos resultados realmente desejados.

Até aqui — a bem da verdade — a Secretaria da Saúde preocupou-se muito mais em promoção do que propriamente de enfrentar o problema em si, numa luta de combate direto ao vício.

Desejo por último, solicitar a inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de aplauso à Revista "Paraná em Páginas", pela notável, série e criteriosa campanha que vem desenvolvendo num alerta contra os males do cigarro.

Tem a Revista "Paraná em Páginas", enfocado o problema em todos os seus ângulos, denunciando fatos, lembrando que enquanto em todos os países o movimento contra o vício do fumo é uma realidade, no Brasil, ao contrário, acontecem até incentivos fiscais, e financiamentos para novas indústrias, mencionando o caso recente da Philip Morris.

Relata, em outra reportagem, que Curitiba continua sendo "cidade cobaia", lembrando que a R.J. Reynolds Tabaco Ltda, contratou moças para subir e descer a Rua XV distribuindo cigarros e fotografando a gente de Curitiba, para utilizar tais fotos como prova de boa aceitação do novo cigarro lançado no mercado.

Esta é a razão, Sr. Presidente, do nosso registro, e certamente ainda deveremos voltar ao assunto, em especial com referência ao que pretende a Secretaria de Saúde do Paraná, que estoupagando para ver e quero sentir.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna hoje, para denunciar à Casa e ao povo que o Governador Ney Braga, ao que parece, resolveu mesmo hostilizar não apenas alguns Parlamentares da ARENA, mas, inexplicavelmente, a todos os Deputados do Paraná, e sobretudo àqueles pertencentes ao MDB, isto é, à Oposição.

Recentemente, fizemos um apelo, com a aprovação unânime dos Srs. Deputados presentes, ao Sr. Governador, no sentido de que não aprovasse a Lista de Procuradores organizada pelo Dr. Lellis Antônio Corrêa, e na qual, este, despidamente, reservou-se um lugar de Procurador. Sugerimos que se reformulasse a lei que reestruturou a Procuradoria Geral do Estado, a fim de que antigos advogados não fossem preteridos por outros mais novos. Tudo em vão.

Em seguida àquele apelo e querendo demonstrar que faz o que quer e como quer, o Governador Ney Braga, pressionado pelo Secretário da Justiça, e obediente ao atual Procurador Geral, Promotor Ivan Righi, simplesmente acolheu a lista, elaborada sob um critério imoral e unipessoal, mandando, em seguida, Mensagem a esta Casa, visando alterar a Lei nº 7.074, Ora, se a lei era falha, deveria o Governador aprimorá-la, e nunca fazer o que fez, isto é, acatar o errado para corrigi-lo depois.

O que é mais grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a lista

encontrava-se anulada, por decisão do Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública.

É bem verdade que contra essa decisão houve recurso. Todavia, o egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, sem apreciar o mérito da impetração, cassou a liminar que havia dado ciência ao Chefe do Poder Executivo quanto aos termos da petição inicial. Simplesmente isso.

Antes, então, que o acórdão fosse publicado e querendo evitar o desdobramento de outros recursos, resolveu o Governador Ney Braga acolher sugestão do Secretário da Justiça e do Procurador Geral, no sentido de que aproveitasse o hiato e nomeasse os indicados pelo Dr. Lellis Corrêa, entre os quais estava o próprio, pois, assim, a Administração anterior não seria desautorada.

Ney Braga, mais do que ligeiro, atendeu ao mau conselho.

Agora, acaba de chegar a esta Casa, como "fogo grego ardendo sobre a água", numa infeliz expressão de conceituado advogado paranaense, Mensagem do Governador do Estado, propondo a alteração da Lei nº 7.074, no sentido de que as promoções, doravante, se dêem pelos critérios de antiguidade e merecimento. Até aí, tudo bem, e louvo até, a iniciativa. Mas, pergunto: por que não sugeriu o Chefe do Poder Executivo o imediato preenchimento das vagas existentes com os nomes daqueles bacharéis que ficaram de fora? Por que não reformulou a lei e não permitiu que esse critério, ATINGUIDADE E MERECIMENTO presidisse a escolha de todos?

Creio que a resposta está aqui: mostrar que o Governador não transige, e que quando quer, sobretudo se há imposição por parte do Sr. Jayme Canet Júnior, que parece ser o Governador de fato do Paraná. E se não o fosse, não coordenaria tudo, ao ponto inclusive, de estar presente em tudo através do Secretário da Justiça.

Voltarei ao assunto e irei acompanhar de perto o desenvolvimento dos trabalhos em torno dessa Mensagem, a fim de evitar que os antigos advogados do Estado continuem massacrados pela crueldade daqueles que subiram, graças à política de alguns, em detrimento de muitos.

Somente isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "As Universidades do País, desde 1.964, até os dias atuais, vivem momentos deploráveis. Há todo um processo de inversão de valores de ensino deteriorado, de poluição mental, responsabilidade única e total dos nossos "magníficos" e intocáveis Reitores.

Na Fundação Universidade Estadual de Londrina, por exemplo, transcorridos dois meses de aula, o Terceiro Período de Comunicação continua sem professor para a disciplina de Jornalismo Comparado. Falar que em uma Universidade Estadual falta professores, pode parecer uma brincadeira, mas não é. É um incrível desrespeito aos alunos, hoje, transformados em simples contribuintes de altas taxas impostas pelas Universidades.

É de se perguntar, se em Londrina não existem bons professores? Claro que existem. Aliás, são professores tão bons que alguns se negam a trabalhar para uma "escola" tão fechada, tão ditatorial como é a FUEL. Em outras ocasiões, são professores de tão elevado nível, que a FUEL se vê temerosa em contratá-los e correr o "risco" de não controlar suas maneiras tão democráticas de pensar e agir. E, nestes casos, quando contratados, logo em seguida são demitidos, arbitrariamente.

A negligência e a falta de seriedade da Diretoria do CECA, no caso do 3º Período de Comunicação, tem criado sério descontentamento, pois a falta de professores é uma deficiência injustificável, fato que não se registra nem em escolas primárias. Se um professor, por doença ou outro problema pessoal,

ficar impossibilitado de dar aulas, o aluno perde todo um semestre. O que ocorre na FUEL é uma total irregularidade. É o mesmo que alguém vender algo que não possui. É um contrato não cumprido. Porque, no momento em que a Universidade Estadual de Londrina aceitou matrículas para o Curso de Comunicação, seu dever seria o de ter professores capacitados para ministrar estas disciplinas.

E os absurdos continuam a ocorrer. A situação atinge o máximo de intolerância quando se sabe que CONCURSO NÃO GERA DIREITO. É a falência, É o fim. Na FUEL, concurso não gera direito. Na área de Comunicação, um exemplo: Edilson Leal, jornalista dos mais conceituados, foi convidado, fez concurso, mas não foi aceito. Outros jornalistas qualificados, ou por pertencerem ao Partido da Oposição, ou por terem participado da UPES, são simplesmente vetados.

A FUEL é, sem dúvida, uma instituição fascista, onde o convidado para proferir palestra, passa pelo crivo da Reitoria, um crivo essencialmente político. Para ser admitido, o Professor não é analisado pelo seu gabarito ou pelo seu aspecto técnico, e sim por sua ideologia.

Tivemos casos em que o processo do concurso simplesmente desapareceu, sumiu.

NA FUEL, julgamento sem direito à defesa é uma constante. Professores da mais alta qualificação são perseguidos, simplesmente por não serem subversivos. Nomes como Edson Gradia, Alice Ogawa, Sérgio Borges da Silva, não foram aceitos. Bruno Piancastelli, é outro exemplo.

Na FUEL, concurso não gera direito. Professores que já ganharam prêmios nacionais, que realizaram cursos em vários países da Europa, são perseguidos, principalmente aqueles da área de Odontologia.

É mais um alerta que fazemos, desta tribuna.

Os responsáveis por uma Universidade devem saber que ela é a consciência de uma Nação. É um Templo de saber, da justiça, da igualdade. E como tal, deve ser conduzida.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabemos que o Deputado Palácios já discorreu desta tribuna, com bastante brilhantismo, sobre o problema das Delegacias, de sedes de comarca, principalmente porque aquelas Delegacias, Sr. Presidente, encontram-se, na maioria delas, sem Delegados de Carreira e sem escrivães habilitados.

E nós queremos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trazer também a nossa sugestão a este problema, para que ela se junte à do Deputado Palácios, que, se não me falha a memória, na quinta-feira última, abordou esse assunto com bastante eficiência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que moramos e bem conhecemos, principalmente o problema da segurança do interior do Estado do Paraná, e que este problema vem se agravando dia a dia, por falta de Delegados de carreira, de Bacharéis concursados, para preencherem essas Delegacias de Polícia.

Mas, Sr. Presidente, não é menos verdade que, hoje, um Delegado de Polícia, um Bacharel concursado, não recebe, não ganha o suficiente para, numa cidade, por menor que ela seja, pagar aluguel de uma casa modesta. Porque hoje, com o desenvolvimento do Estado, com todas as cidades crescendo, com o custo de vida se elevando, não permitem que um Delegado de Polícia, um escrivão habilitado, possa residir, em casa alugada, numa comarca ou sede de comarca.

Mesmo porque, Sr. Presidente, as Prefeituras que ajudavam, que davam uma subvenção para o aluguel da casa do delegado, do escrivão, hoje estão impossibilitadas por diversos motivos; um, porque estão muito oneradas. Os encargos das Prefeituras são por demais elevados. As Prefeituras têm o ônus das repartições do Estado, das repartições federais que, quando

são instaladas nas sedes dos municípios, sempre os Prefeitos têm que colocar um, dois, três, quatro, e até cinco funcionários para dar o bom andamento do serviço daquelas repartições.

E isso vem onerando cada vez mais os cofres públicos municipais. E os Prefeitos se vêem impossibilitados de dar uma ajuda de custo aos Delegados, aos Escrivães, para os alugueres desses funcionários.

Sr. Presidente, queremos, agora, sugerir à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e à Polícia Civil do Estado, para que construam casas residenciais, principalmente nas sedes de comarcas, aos carcereiros, que, na maioria, são sargentos da Polícia Militar; aos Delegados, principalmente, aos de carreira. E que se cobre deles, uma taxa de melhoria, para as pinturas, os reparos que se fizerem necessários, porque, com o tempo, essas casas necessitam.

E, com essa taxa, digamos Cr\$ 1.000,00 mensais, teria o Estado condições de fazer face à essas melhorias. Isso daria condições para que as sedes da comarca tivessem, todas elas, o seu Delegado de carreira que, acima de tudo, nós sabemos e conhecemos esses Delegados, são apolíticos, são homens que, acima de tudo, procuram cumprir com o seu dever, e se vêem impossibilitados de lá irem prestar, à sociedade da sede de um município os seus serviços, de prestarem serviços à nossa comunidade, à nossa gente que está carente, que necessita de um melhor policiamento, de um Delegado, para que lhes dê um melhor atendimento.

Hoje, Sr. Presidente, ratificando as palavras do meu colega Deputado Palácios, ocupo esta tribuna para somar os meus esforços e dizer que, se preciso for, iremos à Secretaria e à Polícia Civil para, pessoalmente, levarmos a nossa sugestão àqueles órgãos, para que construam essas casas. Não é necessário que seja uma casa de luxo, totalmente confortável, mas uma casa com três peças, sala, cozinha, banheiro, sala para televisão. Tenho certeza que conseguiremos, assim, a permanência, a fixação do Delegado, da autoridade competente, nas sedes de comarca mesmo, Sr. Presidente, que ele tenha que dar uma ajuda ou tenha que pagar uma taxa ao Estado ou à Secretaria, para futuros melhoramentos daquelas casas.

Fica então aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa sugestão para que a Secretaria de Segurança, através do seu titular, o Secretário, Coronel Haroldo Dias, e o Chefe da Polícia Civil, Dr. Chemim, homens sensíveis a estes problemas, ouvindo a nossa voz e através desta Casa de Leis, providenciem alguma solução para que amanhã, não venham a se repetir casos como os atuais, que estão acontecendo dia a dia, nas sedes de comarcas, nos municípios mesmo, com relação a problemas de segurança.

Fica aqui então, Sr. Presidente, o nosso pedido, a nossa sugestão, e para ela esperamos das autoridades competentes do Estado do Paraná, todo o respaldo.

Muito obrigado. -- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. -- (Lê):

"O respeito à natureza e à vida torna-se uma necessidade básica. A vida humana está ligada ao Universo, como um todo, à terra, aos frutos da terra e à vida de outros seres que compartilham desses frutos. Esta interdependência também aparece nas relações econômicas entre os seres. Não há possibilidade de reais soluções econômicas, quando estas surgem como resultado de reivindicações exclusivistas, restritivas ou egoístas. A solução econômica de cada um está na solução econômica dos outros, e a solução da economia dos homens somente será encontrada, se, em harmonia com a economia do Universo.

Nenhum pretexto deve ser invocado como justificativa para alterar princípios básicos de existência, mesmo porque, a produção de riquezas e outros objetos necessários nunca foram e nunca serão incompatíveis com o respeito devido aos bens naturais e à própria vida.

O direito à vida em condições ambientais sadias, é um direito fundamental do Homem. A poluição não pode ser justificada pela necessidade do progresso; só existe progresso quando os homens promovem transformações que beneficiam a todos, como uma coletividade, no suceder das gerações. Imediatismo e egoísmo não são expressões de progresso; o progresso só é um bem quando acrescenta; jamais a pretexto de produzir riquezas ainda maiores, que não nos pertençam como indivíduos.

O desenvolvimento econômico brasileiro deve promover o respeito à vida, aos bens naturais e aos anseios da felicidade brasileira; jamais prová-los.

Pensando na defesa desses princípios, é que, desde que soubemos da iniciativa, temos lutado ao lado de um movimento surgido no Norte pioneiro do Paraná, região que honrosamente representamos nesta Casa de Leis, onde a população daquela região do nosso Estado sente-se insegura e temerosa com a notícia da eventual instalação das BRASKRAFT S/A — Florestal e Industrial.

Após um longo período de discussões me torno da instalação ou não dessa indústria em nosso Estado, houve um completo silêncio de nossas autoridades; porém, na Região Norte pioneira, existe um movimento em franca atividade, e é bom que se frise, primeiro, que esse movimento não visa lucros, segundo, que não tem cor político-partidária, e terceiro, que é formado de entidades de classes, clubes de serviços, associações profissionais e de homens que não pedem nada mais, a não ser o bem estar e a segurança de suas famílias.

A entidade denominada ADENOP — Associação de Defesa da Ecologia do Norte Pioneiro, é uma organização que não foi criada para ser contra a BRASKRAFT, mas a sua criação tem como objetivo único e precípuo, de defender a ecologia, o meio ambiente e o bem estar da nossa população. Foi criada a exemplo da Associação dos Defensores da Ecologia do Vale do Paranapanema, no interior de São Paulo, entidade formada por 42 municípios paulistas, que de uma luta gigante evitaram a instalação da BRASKRAFT no Vale do Paranapanema. Porém, a vitória da ADEVAP foi muito além. A Associação conseguiu, e foi aprovada uma lei recentemente no Estado de São Paulo, que proíbe a instalação de indústrias com alto teor poluente.

Recebemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na semana passada, da ADEVAP, cópia xerográfica do relatório da CETESB, que nos permitiu verificar a inviabilidade e a periculosidade do projeto de instalação da BRASKRAFT, naquele Estado.

Para esse órgão, a BRASKRAFT deverá produzir 18.000 toneladas mensais, ou 16.000 toneladas anuais, e retirará diariamente do rio, cerca de 30.000.000 de litros de água, devolvidas após o uso, transformadas num caldo negro e mal cheiroso e altamente tóxico: a terrível lixívia negra.

Adianta a CETESB, que essa água, depois de usada e misturada a substâncias altamente venenosas, tem enorme poder poluidor. Agrava o quadro, a circunstância de que todo o rio e a sua bacia estão à mercê do apodrecimento, pois a megera industrial, lançará diariamente na água, após a devolução, 13 toneladas de sulfato de alumínio, 2 toneladas de cola, 116 quilos de anti-espumante, 2,5 quilos de ácido sulfúrico e 2 quilos de soda cáustica.

No relatório de 1.970, da Associação Técnica da Indústria de Papel dos Estados Unidos da América, verifica-se que os mesmos efluentes das mesmas tábuas de celulose, pode produzir vinte e três tipos de problemas ambientais.

Entre eles, podemos destacar: modificação da água, da

sua alcalinidade, na sua turbidez, na sua cor, no seu teor de ferro, de manganês, o desenvolvimento de algas e bactérias, o grandeamento do teor material e suspensão na água, modificações na acidez, basicidade da água, PH, etc.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Deputado Tadeu Lúcio Machado, nós estamos assistindo, e também temos uma parcela de votos no Norte Pioneiro, assistindo a inflamante explanação de Vossa Excelência, Deputado jovem, que luta ao lado de seu povo, conseqüentemente, do nosso povo.

Vossa Excelência só peca num ponto, nesta vontade férrea de não querer que se instale uma indústria em nossa região, onde é uma região, como bem sabe Vossa Excelência que a percorre em épocas eleitorais e fora delas. Não vemos razão para esse susto, como sabemos que a BRASKRAFT embora censurada, embora alijada do Estado de São Paulo, e depois com o arrependimento dos que a alijaram, venha sofrer esta série de crivos, esta série de elementos que estão a tolher o desenvolvimento de nossa terra e de nossa gente.

Vossa Excelência sabe perfeitamente que as Filipinas, um país pequeno que importa água e depois a destila e devolve ao País de onde importe.

Vossa Excelência sabe perfeitamente que os elementos poluentes serão filtrados e a água será filtrada, e a BRASKRAFT virá trazer benefícios conforme relatório já feito pelos Srs. Secretários nesta Assembléia, onde haverão de melhorar a situação poluente do rio que passa em Sengés.

Não vemos porque Vossa Excelência, neste momento, com os elementos que são contra o progresso de nossa terra e de nossa gente, vem aqui fazer uma apologia, fazer um quadro negro de nossa indústria, que há de ser instalada quer queiram ou não os homens que não querem ver o Paraná progredir.

Sabe Vossa Excelência que a BRASKRAFT é uma indústria na sua totalidade brasileira; uma indústria que quer apenas se instalar numa região improdutiva para os cereais, uma região que não tem produção, a não ser do Pinus, e das árvores congêneres para o fabrico do papel e da celulose.

Sabe Vossa Excelência, da carência do nosso Brasil e do nosso Paraná, dos derivados daquela indústria. Sabe Vossa Excelência, em seu âmago, na sua alma, e bem no fundo de sua consciência, que isto não passa de demagogia dos homens que querem tolher o progresso de nossa terra.

Talvez, com a devida vênia e não querendo fazer um discurso paralelo, se fosse outro o Governador, talvez a BRASKRAFT tivesse sido instalada com palmas, como estão sendo instaladas as fábricas de papel na Finlândia, na Rússia e adjacências.

Mas, por que? Porque queremos trazer o progresso para a nossa terra; porque queremos trazer o progresso para o Paraná; porque queremos trazer a fábrica mais moderna do Brasil, e quiçá da América Latina, para ser instalada na pequenina cidade de Sengés.

**O SR. TADEU LÚCIO MACHADO** — Eu pediria ao Deputado para usar de brevidade no seu aparte, porque ainda tenho muito a falar e não quero ser indelicado.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vemos os convênios do Governo; vemos os convênios do progresso do Paraná a enviar, por intermédio de Vossa Excelência, para que cesse, como dizia Camões “que se cesse tudo que da antiga musa canta”. Que se cesse tudo de que o progresso precisa. O passado de 70 não pode voltar.

Estê relatório de Vossa Excelência é de 1.970, e estamos no limiar de 1.980.

**O SR. TADEU LÚCIO MACHADO** — Vossa Excelência não entendeu o relatório.

**O Sr. Gabriel Manoel** — E sabemos perfeitamente que a

BRASKRAFT, no seu teor poluente, é uma das mais modernas indústrias, mais moderna que a KLABIN, mais moder-

na que todas as indústrias do Paraná e de São Paulo.

Sabemos que o povo que alijou a BRASKRAFT chora pela sua volta. E talvez seja isto que o Paraná não aceite esta oportunidade e não aproveite.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Eu solicitaria ao Presidente da Casa que me garantisse a palavra, pois tem inclusive discurso paralelo.

O Sr. Gabriel Manoel — Vou fazer um discurso paralelo porque Vossa Excelência me deu o aparte.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, exijo que me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua com a palavra o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Quero apenas informar ao nobre Deputado Gabriel Manoel, pessoa que estimo e que sempre tratei com todo o respeito, que jamais usei de demagogia, e não usei de demagogia nunca, para chegar a um cargo público. E o relatório da CETESB está aqui, e posso passá-lo às suas mãos; é datado de agosto de 1.977. E foi neste relatório que baseamos nosso pronunciamento. Porque, até agora, a BRASKRAFT não apresentou nenhum relatório para o Estado do Paraná. E não temos conhecimento efetivo do que é que a BRASKRAFT pretende.

E disse, no começo do meu pronunciamento, que não sou contra o progresso, mas que a poluição não pode ser justificada pela necessidade do progresso.

Só existe o progresso quando os homens promovem transformações que beneficiam a todos com uma coletividade no suceder das gerações.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência concede um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, realmente é um pronunciamento profundo que merece nosso apoio.

Porque sabe-se que a SUREHMA, é o órgão encarregado de fiscalizar a poluição da BRASKRAFT. Ora, a SUREHMA é uma entidade sem nenhuma estrutura, ela não tem estrutura para analisar nem o nível de poluição de simples ribeirões.

É o caso que ocorre em Londrina, tem que mandar fazer exame de laboratório em São Paulo. Então, a gente fica apreensiva, porque como é que a SUREHMA poderá fiscalizar uma empresa do porte da BRASKRAFT em termos da poluição que vai se originar?

Nada é feito realmente, com seriedade, nesta vida pública brasileira. E a gente chega até a pensar e a aceitar que os funcionários de escalões inferiores estão sendo corrompidos, o Paraná já está devastado com erosões por todos os lados. O Paraná, dentro de cinquenta anos, no máximo, será um deserto, nobre Deputado.

Só posso entender a aceitação por parte das nossas autoridades, por um motivo: propina em dólar. Queremos, é claro, evidente, inofismável, indubitável e irretorquível, o progresso deste Paraná, mas sem a poluição dos rios, sem a destruição da fauna e da flora, sem a erosão, sem as hidrelétricas inundarem milhões de hectares de terras férteis.

É uma empresa moderna, sim, admitimos que a BRASKRAFT seja uma empresa moderna, mas é moderna, e será moderna também, na arte de poluir os nossos rios.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Tem o aparte o Deputado Palácios.

O Sr. Palácios — Ouvi com atenção o seu pronunciamento, e fiquei muito satisfeito por ver que Vossa Excelência se louva num relatório da CETESB. Afirma Vossa Excelência, e eu concordo, que a CETESB merece crédito, mas pretendia eu, e pretendo ainda, dizer que a SUREHMA também merece crédito, e não podemos, de forma alguma, depreciar o trabalho da SUREHMA, porque, se em algumas ocasiões tomou atitudes para que se fizessem alguns exames em São Paulo,

como afirmou o nobre Deputado Fiori Luiz, mas porque ela atuou, talvez não tivesse o equipamento necessário, mas atuou e vem atuando em outros casos, como da KLABIN, que, com a ação da SUREHMA, aquela indústria vem diminuindo gradativamente a sua capacidade poluidora.

Não pretendo, com relação à BRASKRAFT, dizer que tomo uma posição neste instante, porque não acho que devemos ser contrários a uma indústria ou à sua implantação, somente porque se aventou a hipótese de poluir, mas também não podemos ser a favor, somente porque alguém disse que ela não vai poluir.

É por isso que nós temos e devemos aguardar o pronunciamento do Governo do Estado, através da SUREHMA e da Secretaria do Interior.

Porque, no meu entender - tenho acompanhado os trabalhos da SUREHMA em alguns aspectos, - tive a oportunidade pessoalmente, de verificar que ela vem realmente executando um trabalho e se aparelhando para exercer as suas finalidades.

E não posso aceitar que se façam críticas à SUREHMA, antes que ela tome a atitude. Que as críticas sejam todas a priori. Porque, na realidade, o Governo do Estado ainda não apreciou o projeto da BRASKRAFT. E muito menos se pronunciou quanto a sua instalação.

E por isso mesmo devemos aguardar, o que eu entendo, o pronunciamento sério da SUREHMA ou do próprio Governo do Estado, para que, depois, possamos tomar a devida posição.

Porque, se existem decretos anti-poluidores em São Paulo, no Paraná existe o Decreto 331, diga-se de passagem, em São Paulo não existe. E na realidade, a nossa posição é esta; nós, como afirmou Vossa Excelência, como afirmou o Deputado Fiori Luiz, somos pelo progresso, pela instalação de indústrias, mas somos também contrários à poluição.

Mas, não podemos tomar uma atitude enquanto não ouvir o pronunciamento do Governo do Estado, através de seu órgão competente, para que possamos julgar, com dados nas mãos, verificar se realmente houve alteração no projeto e que ela nos dê a garantia que não vai poluir. Porque, se tomarmos uma posição a priori, definitivamente contra, não teremos a oportunidade de dar nossa colaboração ao progresso do Paraná.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Quero agradecer o aparte do nobre Deputado, e dizer que a prevenção é um fator importantíssimo.

Acontece que, há cerca de quatro meses, fala-se na instalação da BRASKRAFT no Paraná. A SUREHMA, como diz Vossa Excelência é um órgão importantíssimo e digno de crédito, até hoje não se pronunciou a respeito. Mas a CETESB Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo, já tem um relatório formado sobre a própria BRASKRAFT, que condena plenamente a instalação da mesma. O Sr. Palácios — Mas em São Paulo existia o projeto apresentado. No Paraná, não existe projeto apresentado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — E o projeto da BRASKRAFT já foi defendido aqui por diversos Deputados, que usaram da tribuna desta Casa, para defender a instalação da BRASKRAFT. Inclusive dizendo e garantindo que a BRASKRAFT não iria poluir. Só que ninguém tem conhecimento desse projeto.

O Sr. Palácios — Estou defendendo a SUREHMA. Ela não recebeu o projeto. Portanto, não poderia se pronunciar.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — É por isso que nos causa uma certa admiração. Tantos Deputados defenderem a instalação da BRASKRAFT, defenderem o projeto de instalação, e o projeto não existe.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Aí é que está o problema.

Aí é que nós estamos a questionar. É por isso que estamos questionando e pedindo. Queremos conhecer o projeto da



Braskraft.

O Sr. Aguinaldo Pereira Lima — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Vou continuar e logo em seguida concederei o aparte.

O Sr. Erondy Silvério — Peço a Vossa Excelência que não esqueça que estou na vez.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Perfeito, não esqueci, nobre Deputado. (Lê):

“Certos tipos de madeiras são tratadas com fortes soluções de soda cáustica, contendo hidróxido de sódio, sulfato de sódio e sulfito de sódio. Esse é o denominado processo Kraft.

A lixívia negra das indústrias do kraft possui uma demanda bioquímica de oxigênio menos do que a outra, mas muito mais tóxica, essa toxidez maior está relacionada com os compostos de enxôfre, especialmente com as mercaptanas e com os compostos resinosos e graxos.

A maioria dos constituintes orgânicos do licor negro deriva de substâncias celulósicas de madeira, de ligninas, pectinas e hemicelulósicas.

Não se trata aqui, apenas de um ato de solidariedade que aliás devemos ao vizinho Estado de São Paulo, que tanto lutou até conseguir a aprovação de recente lei que proíbe a implantação e funcionamento de indústrias de alto risco poluidor, inclusive a de papel e celulose, na bacia de drenagem do Paranapanema. Mas de levantarmos questão a respeito do porquê desta insistência de acolhermos, no nosso Paraná, esta empresa que já foi condenada, por um órgão nacional que merece crédito, como é o caso da CETESB. Até mesmo pelos próprios técnicos ela foi rejeitada. Técnicos estes que ela trouxe do exterior, para a análise dos seus projetos. E que terminaram por concluir serem os mesmos insatisfatórios, para a instalação no Brasil.

Concedo o aparte, ao Deputado Erondy Silvério, pela ordem.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Compreendo, perfeitamente, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, a vossa posição como um dos mais legítimos representantes do povo daquela região.

Agora, Vossa Excelência deve, antes de mais nada, ater-se na seguinte questão: o Secretário da Indústria e Comércio e o Secretário do Interior, sob cujo comando encontra-se a SUREHMA, estiveram aqui nesta Casa, fizeram uma exposição de motivos das vantagens econômicas que adviriam para o Estado, da instalação desta indústria.

Mas, entretanto, reservaram-se a só discutir o projeto quando houvesse o pedido oficial daquela indústria ao Governador do Estado, com a respectiva apresentação do projeto, para estudos.

Então, o Governo do Estado iria através dos seus órgãos técnicos, tomar uma definição quanto à questão, sempre em consonância com o Poder Legislativo.

Foi isto o que disseram os Secretários que estiveram aqui naquela manhã.

Portanto, não estou vendo assim muita razão para tanto alarde.

Agora, surgiu uma dúvida nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado: Vossa Excelência nem imagina, nem eu e ninguém nesta Casa pode imaginar a quantidade de papel Kraft que se produz e consome-se no mundo; a maioria deste papel, o grande volume deste papel é produzido na Escandinava, Vossa Excelência sabe disso, e não me consta que lá essas indústrias sejam poluentes. Talvez a mentalidade do povo seja diferente; talvez, a hostilidade, o rigor das autoridades seja diferente das nossas.

Mas, então, não vamos condenar as indústrias em si. Vamos verificar as causas poluentes que a indústria pode ocasionar em nosso Estado. Porque, na realidade, o que os homens

do Governo querem é a busca de novos empregos, é a emancipação econômica do povo do Paraná, sem que, com isso, estejam recebendo propina de quem quer que seja, principalmente em dólares. Porque só conheço um brasileiro que confessou publicamente, receber propina em dólares, foi o Sr. Leonel Brizolla, que confessou haver recebido de Cuba, dólares para subverter a ordem neste País.

Mas, a nossas autoridades, fique tranqüilo nobre Deputado, ninguém está sendo subornado, isso posso garantir a Vossa Excelência, e nós vamos debater esta questão aqui às claras.

Os Secretários virão a esta Casa, com os projetos, com os pareceres técnicos, quantas vezes o desejarem os Srs. Nobres Deputados do Partido da Oposição.

O que nós defendemos, com o Governo do Estado também o faz, é a criação de novos empregos.

Vossa Excelência sabe que, a cada ano, uma legião incontável de jovens ingressam no mercado de trabalho, e o governo há que diligenciar empregos, novos empregos para que esta gente não passe a viver de sub-empregos, na marginalidade.

Vossa Excelência sabe que o drama do País, hoje, é este. É um País que cresce, é um Estado jovem. Vossa Excelência sabe que sessenta por cento da população do Estado do Paraná é jovem. A faixa etária é de 18 a 30 anos em sessenta por cento da população. Vossa Excelência sabe que, a cada ano, milhares de jovens ingressam no mercado de trabalho e o Governo há de diligenciar esses empregos. Com o que? Providenciando a instalação de indústrias, claro, é evidente, sem que, com isso se prejudique o equilíbrio ecológico do Estado.

Veja Vossa Excelência, a luta que teve o Rio Grande do Sul, inclusive os Deputados da brilhante bancada de Vossa Excelência, lutaram, denodadamente, com valentia, para instalação do pólo petroquímico, naquele Estado.

E não há nada mais poluente que um pólo petroquímico. No entanto, eles defenderam a necessidade dessa instalação; e aqui também, a Assembléia Legislativa, com brilhantes Deputados do MDB lutaram para que o pólo petroquímico viesse para o Paraná, porque seriam mais 7.500 empregos que oferecer-se-iam aos jovens que ingressavam no mercado de trabalho.

Não existe nada mais poluente do que um pólo petroquímico. Mas, são as contingências da vida moderna, do super-povoamento, da necessidade de se expandir a economia, da necessidade de se melhorar o nível de vida do povo brasileiro, é que levam os Governos, muitas vezes, a admitirem indústrias que, realmente, tiram a tranqüilidade, o sossego, o equilíbrio ecológico que sempre reinou neste País abençoado por Deus.

Mas, quero me reservar, agradecendo o longo aparte que Vossa Excelência me concedeu, pedindo desculpas por tomar tanto do seu tempo, mas quero aguardar a vinda desse projeto. E gostaria que, naquela oportunidade, o Deputado Fiori Luiz “desse nomes aos bois”, dissesse quais os funcionários que estão sendo comprados em dólares por essa companhia, pela Braskraft.

Gostaria mesmo, para que possamos ir ao Sr. Governador pedir a demissão, ou até a prisão desses funcionários corruptos.

Agradeço a Vossa Excelência.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Quero agradecer o aparte de Vossa Excelência, e mais uma vez, frisar que não somos contra o progresso, que não somos contra a instalação de indústrias, mas que por duas ou três vezes, Deputados da bancada que Vossa Excelência tão bem lidera nesta Casa, usaram da tribuna para defender a instalação da Braskraft, antes mesmo de conhecerem o projeto, porque ele ainda não existe.

Agora existe um parecer da CETESB, que tenho em mãos e que, inclusive, fundei o meu pronunciamento nesse parecer, que nos dá uma idéia do que seja a instalação da indústria Braskraft, do que ela vai trazer de benefícios e malefícios,

que depois de bem pesados, eles chegaram à conclusão de que seria inviável a sua instalação naquele Estado, um Estado dos mais desenvolvidos de nosso País.

E a CETESB não consentiu a instalação da Braskraft, porque essa indústria não iria trazer progresso, mas sim, desajuste para a ecologia e para o meio ambiente daquele Estado.

Disse bem, no início de meu discurso, repito para que Vossa Excelência grave bem, que não se pode, em nome do progresso, criar problemas para a natureza; não se pode, em nome do progresso, criar problemas para as gerações futuras, porque nós, hoje somos os responsáveis. E eles nos responsabilizarão amanhã, pelos nossos atos de hoje.

Também quero ver de perto o Relatório da SUREHMA que até agora não veio; o projeto da Braskraft que também não existe.

Existe, sim, a palavra de diversos Deputados da bancada de Vossa Excelência que a Braskraft é ponto pacífico e que ela vai se instalar no Paraná. Mas, se instalará contra a nossa vontade; custe o que custar, iremos defender o povo de nossa região que nos trouxe a esta Casa, para esse fim, e ficaremos até o fim defendendo aqui, o povo que nos elegeu pelo meio direto, secreto e democrático.

**O Sr. Aguinaldo Pereira Lima** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Nobre Deputado, Vossa Excelência participou também de uma reunião, nesta Casa, em que estiveram presentes os Srs. Secretários da Indústria e Comércio e do Interior.

Vossa Excelência teve oportunidade de prestar atenção e ouvir a explanação dos Srs. Secretários. Inclusive, de saber a Carta-Resposta dos Secretários ao Diretor da firma Braskraft, que a mesma só seria instalada nos moldes mais altos possíveis. E que foi determinado pelo Governo do Estado e dois técnicos da SUREHMA para contatar com firmas e indústrias, no exterior, de alto fabrico de material para instalações de indústrias deste poder. E sabemos que o Governo do Paraná, como bem disse o Deputado Erondy Silvério, interessado em instalar indústrias neste Estado, e principalmente em região como é o Norte Pioneiro, uma região tão carente de empregos, nós sabemos do cuidado do Governo nesse sentido. Agora, é lamentável, nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, que Vossa Excelência ao invés de obter subsídios da SUREHMA, Vossa Excelência como paranaense e representante do nosso Estado, fosse obtê-los no Estado de São Paulo! E Vossa Excelência também disse que não tem cunho político o pronunciamento de Vossa Excelência; e nós sabemos que, quando fiz um pronunciamento aqui nesta Casa defendendo a Braskraft, Vossa Excelência nos comunicava que haveria uma reunião na sua região, no seu município, Santo Antônio da Platina, onde estariam presentes quarenta Prefeitos, quando na realidade só compareceram àquela reunião, seis Prefeitos.

E sabemos que o movimento contra a Braskraft, contra a instalação da indústria no Norte Pioneiro, é liderado pela Oposição daquela cidade, inclusive o seu candidato a Deputado Federal, que fez dobradinha com Vossa Excelência - Santinho Furtado - correu todos os Prefeitos da região, convidando-os para a reunião, para fazer um movimento contra a instalação da indústria em Jaguariaíva, às margens do Rio Jaguariatu, ou seja, também conhecido por Rio Jaguariaíva.

Respeito a opinião de Vossa Excelência mas, como disse o Deputado Erondy Silvério, sobre a instalação da indústria do polo petroquímico em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, quando diversos valorosos Deputados da bancada de Vossa Excelência vieram a esta tribuna, defendendo a instalação do pólo petroquímico aqui no Paraná, condenando fidalgamente o Governo do Estado e o Governo Federal de inércia, até pela falta de o Governo lutar pela instalação daquela indústria em nosso Estado e que, é uma indústria poluente. Mas porque já sabiam que havia endereço certo, o Rio Grande do Sul.

Naturalmente, se soubessem que viria a ser instalada no Paraná, seriam contra, também! E Vossa Excelência que acompanhou a reunião aqui nesta Casa Legislativo, dos Srs. Secretários de Estado, fez as indagações que Vossa Excelência desejava e sabendo que os Srs. Secretários estavam munidos de todos os interesses e documentação de indagação sobre o projeto da firma, e também eles prometeram que assim que tivessem em mãos o projeto, viriam a esta Casa quantas vezes fossem necessárias para dar a Vossa Excelência os devidos esclarecimentos.

Obrigado, era este o meu aparte.

**O SR. TADEU LÚCIO MACHADO** — Eu que agradeço a Vossa Excelência.

Somente para esclarecer: a grande prova de que não existe cor política, é como Vossa Excelência mesmo disse. O candidato a Deputado Federal percorreu todos os municípios da região Norte Pioneiro. E os Srs., sabem muito bem, Vossa Excelência sabe perfeitamente que no Norte Pioneiro o MDB não tem um Prefeito sequer. Então, foi convidada a agremiação política a que Vossa Excelência pertence, para estudar o problema, para questionar o problema, somente que ninguém compareceu; compareceram, lá, os homens do MDB. Por isto, é que dizem que há colocação partidária! Porque Vossa Excelência foi convidado, bem como os demais Deputados desta bancada.

**O Sr. Aguinaldo Pereira Lima** — Então não há o que discutir, porque Vossa Excelência está combatendo de uma forma que demonstra que Vossa Excelência será contra, sempre. **O SR. TADEU LÚCIO MACHADO** — Desde que me provem que ela irá beneficiar, serei a favor e serei um dos primeiros a defender a instalação da Braskraft.

E é por isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que terei de questionar sempre a instalação da Braskraft, até que me provem que ela irá favorecer a coletividade do Norte Pioneiro, porque o Norte Pioneiro não merece sofrer tanto, pois já tem sofrido demais no decorrer de tantos anos. É hora de melhorar a sua situação.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador).**

**O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque)** — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

**O SR. NELTON FRIEDRICH** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tão somente para fazer uma comunicação em nome da Liderança do Partido, quanto à uma posição tomada por um grupo de Deputados Federais, em Brasília.

Cento e trinta Deputados Federais da ARENA e principalmente do MDB, lançaram um manifesto no último dia 28 na Câmara Federal, reclamando a imediata solidariedade internacional a Hector Câmpora asilado desde 1.976 na Embaixada do México, em Buenos Aires, e a Domingos Laino, preso em Assunção, no dia 15, fazendo uma série de formulações.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos, para que fique consignado nos Anais da Casa, ler rapidamente a introdução desse abaixo assinado, com 130 Deputados do MDB e inclusive da ARENA, quanto ao que agora expomos. Diz o manifesto:

“Dois episódios que se desenrolam em nossa conturbada América Latina e que reclamam a imediata solidariedade internacional, nos impõem uma decidida tomada de posição, através da divulgação deste manifesto.

I — **HECTOR CÂMPORA**, asilado desde 1.976 na Embaixada do México em Buenos Aires necessita sair de sua pátria, para tratar de enfermidade anunciada como grave, não o conseguindo em virtude da negativa do Governo argentino em fornecer-lhe o competente salvo-conduto. Quarenta meses de confinamento de um líder que já ocupou a Presidência de seu País através de eleições democráticas, renunciando-a para que seu povo pudesse fazer a opção que mais desejava, contrastam com a conduta de um homem que nunca impôs tal sacrifício aos seus



adversários. Ao contrário, a compreensão e a magnanimidade com que Cãmpora exercer o poder por curto período, são virtudes, a nosso ver, que o elevou ao nível dos grandes estadistas do continente. Por isto mesmo, sua partida para o exterior, onde poderá realizar o tratamento médico de que necessita, sem as pressões físicas e psicológicas que o cercam no momento, representa o desfecho que desejamos e o cumprimento do que as regras do Direito Internacional sugerem.

II — DOMINGOS LAINO, ex-Deputado e atual Vice-Presidente do Partido Liberal Radical Autêntico do Paraguai, foi preso em Assunção no dia 15 deste mês, ficando incomunicável e com poucas ou nenhuma possibilidade de defesa judicial, segundo as leis do regime paraguaio. A prisão ocorreu em virtude de pronunciamento feito recentemente em Curitiba, pelo destacado Líder da Oposição ao Governo do vizinho País, motivo que reputamos frágil para tal procedimento, já que a livre manifestação do pensamento constitui direito inalienável da cidadania. E se crime houvesse em tal hipótese, teria que ser assim considerado no País em que o fato ocorreu.

Libertado de prisão anterior, Laino declarou ter sofrido violentas torturas, fato que dá maior dimensão às preocupações sobre o seu destino. Afora isso, informações recentes dão conta de sua transferência para um presídio do interior do Paraguai, local tido de difícil regresso.

A libertação do conhecido e respeitado defensor da liberdade e da democracia em sua pátria, dada a fragilidade da acusação é o mínimo que se pode reclamar em relação ao lamentável episódio.

Em face desses fatos, nós, os subscritores desse documento, coerentes com a luta que sempre desenvolvemos no Brasil, na defesa dos direitos humanos, considerando que manifestações de caráter humanitário não colidem com a respeitável soberania dos Estados, julgamos imperioso formular:

a— ao Governo da Argentina o apelo para que forneça a Hector Cãmpora o salvo-conduto que ele necessita para sair imediatamente do País;

b— ao Governo do Paraguai, o pedido para que liberte Domingos Laino permitindo-lhes a livre exteriorização de suas opiniões dentro e fora da sua Pátria;

c— ao Governo do México, o aplauso pelo empenho com que vem tratando o caso do asilado político que se encontra em sua Embaixada em Buenos Aires;

d— à Comunidade Democrática Internacional, a solicitação para que se solidarize com essa e todas as demais vítimas da intolerância, que ainda impede a fraterna convivência entre facções políticas da mesma nacionalidade.

Brasília, 28 de setembro de 1.979”.

Seguem 130 assinaturas do Movimento Democrático Brasileiro e Deputados Federais da Aliança Renovadora Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este registro, inclusive por uma questão até de justiça, pois os reclamos aqui manifestados desta tribuna pela Bancada da Oposição e pelo movimento que a bancada oposicionista do Paraná tomou principalmente no caso Domingos Laino, está a merecer, também na Câmara dos Deputados, o respaldo e a solidariedade.

Aqui fica também registrado, o apoio que temos recebido desses Deputados Federais, pois acabamos de receber uma informação que não serve de motivo para nos lisonjear, mas tão somente para o registro do importante papel que essa bancada tomou, porque, segundo a manifestação federal, na própria tribuna do Congresso Nacional, de que, pela primeira vez, na História do Brasil, uma Comissão de Deputados, mem-

bro de um partido político se deslocam a um outro País, para manifestar pessoal e fisicamente a solidariedade a um preso político.

E isto fica aqui definido em nome da liderança, na manifestação dos Deputados Federais, que por ventura se manifestaram nesse episódio.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo do registro nos Anais da Casa desse manifesto de 130 Deputados do MDB e inclusive, alguns da Aliança Renovadora Nacional.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Deputado Renato Bueno, inscrito.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por ter recebido hoje, em meu gabinete, ofício endereçado pelo Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, Dr. Ernani Portes, e para demonstrar o meu apreço e a minha solidariedade a todos os Vereadores da Câmara Municipal do Município de Cascavel, e porque não quero ficar omissos neste episódio, Sr. Presidente, é que leio, para constar nos Anais desta Casa, o seguinte expediente: (Lê):

“Anexo ao presente, encaminho às considerações de Vossa Excelência, cópia do requerimento de autoria da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lido e aprovado por unanimidade de votos em Sessão Ordinária realizada por esta Casa de Leis, a saber:

Re. n.º 395/79.— Emenda: Solicitam envio de expediente às autoridades que relacionam.

Sendo só o que se me apresenta na oportunidade, reitero meus protestos de estima e apreço.

Cordialmente.

(a) ERNANI PORTES

Presidente.

Os membros componentes da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com assento nesta Casa, no uso de suas atribuições regimentais, vêm submeter à apreciação do Plenário o seguinte requerimento:

Encaminhe-se expediente às autoridades nomeadas: Excelentíssimo Senhor General João Baptista Figueiredo, DD. Presidente da República;

Excelentíssimo Senhor Doutor Petrônio Portela, DD. Ministro da Justiça;

Excelentíssimos Senhores Senadores José Richa, Leite Chaves e Affonso A. de Camargo;

Excelentíssimos Senhores Deputados da ARENA e do MDB integrantes da Bancada Paranaense na Câmara dos Deputados;

Excelentíssimo Senhor General Ney Aminthas de Barros Braga, DD. Governador do Estado do Paraná;

Excelentíssimo Senhor Doutor Octávio Cesário Pereira Jr., DD. Secretário de Estado da Justiça;

Excelentíssimo Senhor Haroldo Ferreira Dias, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública;

Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais integrantes das Bancadas da ARENA e do MDB na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

solicitando dessas autoridades, medidas urgentes no sentido de elucidar o crime que vitimou o jornalista ANTÔNIO HELENO RODRIGUES DOS SANTOS, a considerar que as investigações em torno do caso parecem estar sofrendo pressões de forças ocultas interessadas na tergiversação da verdade.

JUSTIFICATIVA:

Na verdade compete às autoridades policiais e judiciárias apurarem a responsabilidade penal, de quem de direito, no caso do assassinato do jornalista ANTÔNIO HELENO RODRIGUES DOS SANTOS.

Entretanto, a imprensa, o rádio e a televisão de todo o

Território Nacional; posicionamentos de autoridades constituídas, tanto na área do Executivo quanto na do Legislativo, vêm envolvendo, ao longo das investigações, os nomes dos Senhores Jacy Miguel Scanagatta e Assis Gurgacz, respectivamente, Prefeito e Vice-Prefeito deste município, como possíveis mandantes do assassinato em questão.

Para o Município de Cascavel, as acusações e os envolvimento em questão têm reflexos altamente negativos, pois estão no jogo os nomes das mais altas autoridades da administração local.

Demais, outros crimes ocorridos nesta cidade e região, a exemplo do carpinteiro Casemiro que, tendo sido encarcerado na DP local, seu corpo apareceu boiando nas águas do Rio Piquiri, dias depois; da comerciante Cenira, cujo corpo apareceu crivado de balas dentro de seu próprio carro; do Sargento Albery, encontrado morto com diversas perfurações de projéteis de grosso calibre; do Secretário Geral da Prefeitura de Cascavel, Danilo Galafassi, que assassinado por pistoleiros profissionais a sôlido pago por terceiro-mandante, continua em dúvida a autoria intelectual.

Vê-se, assim, que a autoridade policial tem falhado duplamente na sua missão, tanto preventiva quanto repressiva ao concernente a esses crimes, com a gravidade de que, em muitos casos, a população tem posto dúvida ao comportamento de alguns de seus agentes, o que agride legitimamente a postura do Estado diante de fatos tais.

Conseqüentemente, a CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL não pode permanecer silente acerca desses fatos. Esta tomada de posição se faz necessária, a fim de tornar claro para os munícipes daqui, em primeiro lugar; depois do Paraná e do Brasil que o Poder Legislativo deste município está atento aos acontecimentos e espera das autoridades constituídas, o encaminhamento de enérgicas providências no sentido de elucidar esses crimes, apontando à justiça os responsáveis, a fim de serem punidos na forma da lei.

O caso ANTÔNIO HELENO RODRIGUES DOS SANTOS, somado a outros, está se projetando em todo o território nacional e, até no exterior, de modo a construir uma falsa imagem do Município de Cascavel, cujo povo é ordeiro, religioso, trabalhador, progressista, construtor do futuro que a Pátria espera!

Crimes, há em todos os lugares, aqui, como em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou Porto Alegre. Apenas, os contornos devem ser definidos, as colocações feitas, dado que um mau caráter não pode, através de atos trespoucados, prejudicar toda uma população.

A apuração desses crimes se impõe, especialmente a do jornalista ANTÔNIO HELENO RODRIGUES DOS SANTOS, dado o envolvimento de autoridades locais, para evitar que o povo pague pelo que não deve, e a verdadeira imagem do Município de Cascavel seja restabelecida com a punição dos culpados, não importando nomes ou pessoas."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Palácios, nos minutos restantes da Liderança da ARENA:

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, desejo agradecer ao nobre Deputado Renato Bueno, por ter me concedido esses cinco minutos, para esclarecer que no final do posicionamento do Deputado Tadeu Lúcio Machado, não houve tempo para que déssemos esclarecimentos outros. Tanto quanto a sua afirmativa de que todos os Deputados da ARENA, ou pelo menos os da região haviam sido convidados para a reunião em Santo Antônio da Platina, com relação à criação da ADENOP. Devo esclarecer ao nobre Deputado que não recebi o convite e que soube na tarde anterior, e por Vossa Excelência mesmo, mas que por compromissos já anteriormente assumidos, havia dito que não tinha condições

de lá comparecer.

E com relação à ausência dos Prefeitos do Norte Pioneiro, os Prefeitos da ARENA, já me posicionei, defendi e esclareci, através desta tribuna, que eles não fugiram à responsabilidade. Apenas, coincidentemente, havia uma reunião em Ribeirão Claro, da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro. E que havia sido convocada há trinta dias atrás, daquela data. E que esses compromissos impediam que aqueles Prefeitos lá comparecessem. Portanto, não fugiram da responsabilidade de defender o seu povo dos interesses do seu povo.

Nós, também como representantes do Norte Pioneiro pela ARENA devemos deixar mais clara ainda nossa posição, quanto à instalação da Braskraft. Torno a dizer que aguardarei o posicionamento e o pronunciamento do Governo do Estado, através da SUREHMA. Porque se aquele relatório vier contra os interesses da região, nós também estaremos contra a instalação daquela indústria. Mesmo que aquele relatório seja favorável à instalação da indústria. Mas, sobremaneira, acredito e confio na SUREHMA. Como confio também no relatório da CETESB. Mas não posso desprestigiar o órgão de nosso Estado; não posso concordar que se desprestigie um órgão paranaense que lá teve em seu corpo de pessoal, engenheiros competentes e técnicos capacitados de idoneidade moral comprovada. Não se pode acusá-los aprioristicamente, porque nós ainda não ouvimos o pronunciamento daquela entidade ou daquele órgão. Como ele não se pronunciou é porque não recebeu ainda o pedido ou o projeto, para que seja analisado. Mas vejo no posicionamento levantado por vários Deputados; na polêmica que aqui se estabeleceu e também em nosso Estado, um grande mérito, porque os nossos órgãos, em vista disso, certamente irão pesquisar maiores dados, procurando se equipar com laboratórios, aparelhos, e tecnicamente preparar melhor os seus homens, para que possa, não só no caso da Braskraft, mas também em outros casos, prestar serviços ao nosso Estado. E não podemos de nenhuma forma, colocar dúvidas no trabalho da SUREHMA, porque ele, com relação a essa indústria, nós ainda não temos o seu posicionamento. Não temos o seu pronunciamento. Por isso nós não podemos julgá-lo, porque ele não existe ainda. E se não existe é porque não foi solicitado.

E desta forma, coloco-me ao lado do meu povo, como os Deputados que se pronunciaram. E nós jamais iremos participar de movimentos que venham a favor de uma indústria, que venha poluir os nossos rios e as nossas águas. Porque nós aí não estamos prestando serviços nenhum ao Paraná. Mas também, não privaremos o nosso Paraná do seu desenvolvimento. Apenas porque tivemos notícia de que aquela indústria viria poluir o nosso Estado.

E com isso, Sr. Presidente, deixo aqui, a minha defesa à SUREHMA, a minha defesa à Secretaria do Interior, que tem atuado em vários casos e que tem se posicionado prestando grandes serviços ao Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/79 - de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública a "Associação Diocesana de Assistência Rural", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 118/79 - de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Cruz Machado, lote de terreno que especifica, transcrito sob n.º 15.519, Fls. 193, Livro 3P, do Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/78 - de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública o "Serra Clube Vale do Iguaçu", com sede na Cidade de União da Vitória. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 158/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "SERRA CLUBE VALE DO IGUAÇU", com sede e foro na Cidade de União da Vitória.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1.979.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços no campo da Assistência Educacional à comunidade de União da Vitória.

A documentação que apresentamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela Legislação Estadual reguladora do instituto de utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 158/79

#### PARECER

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "SERRA CLUBE VALE DO IGUAÇU", com sede e foro na Cidade de União da Vitória.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

JOÃO ELÍSIO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/79 - de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Ponta Grossa, imóvel que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

Sobre o referido projeto de lei, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a retirada de pauta de votação, por 10 (dez) sessões. Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/79 - de autoria do Deputado ADALBERTO DAROS, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Abdo Aref Kudri. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 104/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao DR. ABDO AREF KUDRI.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1.979.

(a) ADALBERTO DAROS.

#### JUSTIFICATIVA:

1.- ABDO AREF KUDRI nasceu na Cidade de Paranaguá, em 5 de novembro de 1.929, filho de Isabel Zanluth Kudri e Aref Kudri, seus pais comerciantes com muita atividade desenvolvida nas Cidades de Paranaguá, Curitiba e Sorocaba.

Naquela cidade litorânea, ainda jovem, Abdo Aref Kudri principiou no jornalismo, como colaborador do tradicional "Diário do Comércio".

Completando dezesseis anos, Abdo Aref Kudri veio para Curitiba, com o propósito de prosseguir em seus estudos e de auferir conhecimentos para se definir por uma carreira.

As dificuldades financeiras de sua família fizeram com que Abdo Aref Kudri aceitasse emprego na "Casa Pão de Açúcar", onde trabalhou como entregador de louças, fato que ele hoje recorda com emoção e que muito serviu para estimular os esforços sempre renovados com o propósito de vencer na vida.

Depois trabalhou como escrevente no cartório dos feitos da fazenda, na época em que era titular desse Juízo o saudoso Desembargador Ernani Guarita Cartaxo.

Paralelamente, iniciou praticamente no jornalismo, na condição de repórter do "Diário da Tarde", ao tempo em que este tradicional verpertino era dirigido pelo saudoso Roberto Barrozo. Chegou a chefe de redação do "Diário da Tarde", tempo em que esse jornal funcionava à Rua Dr. Murici, ao lado da Papelaria Requião.

2. A experiência auferida no "Diário da Tarde", a vontade de fundar um periódico, o estímulo de amigos, foram razões fortes para que em março de 1.959 Abdo Aref Kudri fundasse o "Correio do Paraná", que funcionava na Rua XV de Novembro, jornal que ele implantou e viu crescer, tanto que em 1.962, recebendo significativa proposta, vendeu-o.

3. Deixando esse jornal, Abdo Aref Kudri ficou alguns meses realizando estudos para outra empreitada jornalística, o que concretizou em 04 de março de 1.963, ao lançar o primeiro número do hoje tradicional "Diário Popular", vibrante órgão de imprensa de nossa capital, com penetração em todo o Paraná.

4. O jornal "Diário Popular", reflexo da atuação de seu comandante, hoje é uma força no setor de comunicação pública estadual, possuindo sede própria, moderno equipamento gráfico, máquinas de composição das mais modernas, além de selecionada equipe de técnicos, jornalistas, repórteres e colaboradores.

5. Sobressai o mérito de Abdo Aref Kudri, por esta sinopse de sua vida, um homem simples, que progrediu com muito esforço, que começou em atividade humilde e que se realizou como empresário.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1.952, por pouco tempo exerceu essa profissão, passando depois a apenas aplicar os conhecimentos auferidos em suas organizações jornalísticas.

Como se infere do que acima foi exposto, os serviços prestados à coletividade paranaense pelo DR. ABDO AREF KUDRI justificam sobejamente a concessão da homenagem que ora propomos, a qual, tenho certeza, receberá a inteira aprovação desta Casa.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI N.º 104/79

#### PARECER

Assinado pelo Sr. Deputado Adalberto Daros, a presente proposição tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Abdo Aref Kudri.

Iniciativa das mais louváveis, uma vez que a folha de serviços prestados ao nosso Estado pelo homenageado, justifica plenamente a concessão da honraria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Airtton Cordeiro, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 112/79, de autoria do Deputado Palácios, que declara de utilidade pública o "Movimento de Bem Estar Social - MOBES", com sede e foro no Município de Conselheiro Mayrink. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 112/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "MOVIMENTO DE BEM-ESTAR SOCIAL — MOBES", com sede na cidade de Conselheiro Mayrink.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1.979.

(a) PALÁCIOS

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade de Conselheiro Mayrink. A assistência às famílias pobres e às crianças desamparadas, visando lhes proporcionar meios de se elevarem socialmente, por meio de melhores padrões de saúde, de educação e de trabalho, está se tornando, dia a dia, um membro indispensável no corpo daquele município.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora do instituto da declaração de utilidade pública em nosso Estado.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, que, temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 112/79

#### PARECER:

De autoria do nobre Deputado Florisvaldo Palácios, o presente Projeto de Lei nº 112/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Movimento de Bem Estar Social — MOBES", com sede e foro no Município de Conselheiro Mayrink.

Analizando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo, portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Deni Schwartz, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 120/79, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a "Creche Santa Rita de Cássia", com sede na cidade de Campo Mourão. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

#### Aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 120/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Creche SANTA RITA DE CÁSSIA, de Campo Mourão, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1.979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

A Creche Santa Rita de Cássia, de Campo Mourão, com sede na cidade do mesmo nome, é uma associação civil, de caráter assistencial e filantrópica, com intuito lucrativo e com duração indeterminada.

Tem como fins:

a) Receber durante o dia, os filhos de mães que precisam trabalhar fora do lar;

b) Dar assistência médica e social aos que estão sob seus cuidados;

c) Concorrer para a formação integral da criança, mantendo para isso curso: Maternal e Jardim de Infância.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 120/79

#### PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Augusto Carneiro, objetiva declarar de utilidade pública a Creche "Santa Rita de Cássia", com sede na cidade de Campo Mourão.

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.

Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer, portanto, é pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Renato Bernardi, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 121/79, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "Sociedade Brasileira Anunciação", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 121/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "SOCIEDADE BRASILEIRA ANUNCIAÇÃO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1.979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantrópica a comunidades de bairros de nossa Capital.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das exigências previstas pela legislação estadual em vigor (Lei n. 6.994, de 10/01/78).

Com isso, apresentamos o presente plano de lei, que esperamos merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 121/79

## PARECER:

O projeto de lei do ilustre Deputado Fabiano Braga Côrtes, visa tornar de utilidade pública a "Sociedade Brasileira Anunciação", com sede e foro nesta Capital.

O presente projeto está perfeitamente caracterizado pelas normas para declaração de utilidade pública exigidas pelos incisos I, II, III e IV do Art. 1.º, da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que rege sobre o assunto.

Nestas condições, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 122/79, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o "Lar e Creche São Vicente de Paulo", com sede e foro na cidade de Rio Bom, Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 122/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o "LAR E CRECHE SÃO VICENTE DE PAULO", com sede e foro na cidade de Rio Bom.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) GILBERTO CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche a finalidade de amparar as pessoas idosas e crianças de ambos os sexos, carentes e abandonadas, sem distinção alguma, quanto à raça, cor, condições sociais, credo político ou religioso.

A obra não distribuirá lucros, dividendos ou vantagens outras de qualquer espécie aos seus sócios, benfeitores, mantenedores e dirigentes.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 122/79

## PARECER:

O projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Gilberto Carvalho, visa tornar de utilidade pública o "Lar e Creche São Vicente de Paulo", com sede e foro na cidade de Rio Bom.

O presente projeto está perfeitamente caracterizado pelas normas para declaração de utilidade pública exigidas pelos incisos I, II, III e IV, do Art. 1.º, da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que rege sobre o assunto.

Nestas condições, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Augusto Carneiro, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 123/79, de autoria do Deputado João Elísio, que declara de utilidade pública a "Casa do Pequeno Trabalhador de Paranaguá", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 123/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DO PEQUENO TRABALHADOR DE PARANAGUÁ, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de janeiro de 1.979.

(a) JOÃO ELÍSIO

## JUSTIFICATIVA:

Através de documentos anexos, consubstanciados na cópia de Certidão dos Estatutos, declaração do Sr. Juiz Adjunto de Menores, atestado firmado pelo Sr. Prefeito Municipal e relatório das atividades desenvolvidas durante o ano de 1.978, ficam evidenciadas a justeza do presente projeto de lei.

Trata-se de entidade que vem desenvolvendo obra das mais meritórias, de caráter beneficente e assistencial, destituída de fins lucrativos.

Estamos certos que a propositura merecerá o acolhimento por parte dos ilustres Pares.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

De autoria do nobre Deputado João Elísio, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Casa do Pequeno Trabalhador de Paranaguá, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprova o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal, reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; José Tavares, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 126/79, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública o "Lar Tereza Mendes", com sede na cidade de Jaguariaíva. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 126/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR TEREZA MENDES", com sede em Jaguariaíva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1.979.

(a) GABRIEL MANOEL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 126/79

## PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, objetiva declarar de utilidade pública o "Lar Tereza Mendes", com sede na cidade de Jaguariaíva.

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.

Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer, portanto, é pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Renato Bernardi, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cherie-

gate, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Diretoria e Associados da AVOPAR, consubstanciado em voto de regozijo, pela passagem do seu 1.º aniversário. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Mário João Scaramuza. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Abrão Mansur. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Berthold Sponholz. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao IPE, em forma de pedido de informações a respeito dos pensionistas. — Rejeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente,

requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Presidência defere e procederá a verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência a leitura da súmula do requerimento (É procedida a leitura do requerimento)

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados aprovam; 3 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 02, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nº 158/78, 104, 112, 120, 121, 122, 123 e 126/79.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 75, 76, 77, 78 e 79/79.

Levanta-se a sessão.